

Saberes ancestrais e sustentabilidade: a antropização indígena como solução para a Crise Climática global

Ancestral knowledge and sustainability: indigenous anthropization as a solution to the global Climate Crisis

Edvania Barbosa Oliveira Rage¹

Bianor Saraiva Nogueira Júnior²

Resumo: A pesquisa analisa a relevância dos saberes ancestrais indígenas como alternativa sustentável para o enfrentamento da crise climática global, destacando a antropização indígena como prática capaz de conciliar uso e conservação dos recursos naturais. Parte-se da constatação de que os modelos tradicionais de desenvolvimento, baseados na exploração intensiva da natureza, têm contribuído para o agravamento das mudanças climáticas, exigindo a busca por perspectivas que integrem sustentabilidade e justiça socioambiental. O objetivo consiste em analisar de que forma os saberes indígenas, por meio de práticas tradicionais de manejo ambiental, podem contribuir para a mitigação dos impactos climáticos e para a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica interdisciplinar nas áreas do direito ambiental, antropologia, sociologia e ciências ambientais. Os resultados indicam que práticas como sistemas agroflorestais, manejo tradicional do fogo e uso sustentável do solo contribuem para a conservação da biodiversidade, o sequestro de carbono e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Conclui-se que a valorização e a integração dos saberes indígenas às políticas públicas constituem estratégias relevantes para a construção de respostas sustentáveis à crise climática contemporânea.

¹Universidade do Estado do Amazonas, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Manaus, Amazonas, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1825091570546904>. ORCID: 0000-0001-7953-4125.

²Universidade do Estado do Amazonas, Escola de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Manaus, Amazonas, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3384857458869556> ORCID: 0000-0003-2189-2573.

Palavras-chave: saberes ancestrais indígenas; antropização sustentável; crise climática; sustentabilidade; povos indígenas; biodiversidade.

***Abstract:** This research analyzes the relevance of ancestral indigenous knowledge as a sustainable alternative for addressing the global climate crisis, highlighting indigenous anthropization as a practice capable of reconciling the use and conservation of natural resources. It starts from the observation that traditional development models, based on the intensive exploitation of nature, have contributed to the worsening of climate change, requiring the search for perspectives that integrate sustainability and socio-environmental justice. The objective is to analyze how indigenous knowledge, through traditional environmental management practices, can contribute to mitigating climate impacts and building sustainable development models. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on an interdisciplinary literature review in the areas of environmental law, anthropology, sociology, and environmental sciences. The results indicate that practices such as agroforestry systems, traditional fire management, and sustainable land use contribute to biodiversity conservation, carbon sequestration, and the maintenance of ecosystem services. It is concluded that valuing and integrating indigenous knowledge into public policies constitutes relevant strategies for building sustainable responses to the contemporary climate crisis.*

Keywords: ancestral indigenous knowledge; sustainable humanization; climate crisis; sustainability; indigenous peoples; biodiversity.

Introdução

A intensificação da crise climática global, evidenciada pelo aumento das temperaturas médias, eventos extremos e perda acelerada da biodiversidade, tem colocado em xeque os modelos tradicionais de desenvolvimento adotados ao longo da modernidade. Fundamentados em uma lógica de exploração intensiva dos recursos naturais, esses modelos têm contribuído significativamente para o desequilíbrio dos sistemas ecológicos, revelando seus limites frente à necessidade urgente de preservação ambiental e sustentabilidade. Nesse cenário, cresce a demanda por alternativas que não apenas mitiguem os impactos ambientais, mas que também promovam uma relação mais harmônica entre sociedade e natureza. É nesse contexto que os saberes ancestrais dos povos indígenas emergem como fonte relevante de reflexão e prática, especialmente

no que se refere à antropização sustentável dos territórios.

A antropização, tradicionalmente associada à degradação ambiental, assume um novo significado quando analisada sob a perspectiva indígena. Diferentemente da lógica predatória dominante, os povos originários desenvolveram, ao longo de milênios, formas de interação com o meio ambiente baseadas no equilíbrio, na reciprocidade e no respeito aos ciclos naturais. Essas práticas não apenas permitem a ocupação e o uso do território, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Assim, a antropização indígena pode ser compreendida como um modelo alternativo de intervenção humana na natureza, capaz de conciliar uso e preservação, configurando-se como uma possível resposta à crise climática contemporânea.

Apesar dessa relevância, os saberes indígenas historicamente foram marginalizados e deslegitimados pelos paradigmas científicos e políticos ocidentais, sendo frequentemente considerados inferiores ou incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa visão reducionista contribuiu para a exclusão dessas populações dos processos decisórios e para a invisibilização de seus conhecimentos, mesmo diante de evidências crescentes de sua eficácia na gestão sustentável dos recursos naturais. Atualmente, contudo, observa-se um movimento de ressignificação desses saberes, especialmente no campo acadêmico e nas discussões sobre sustentabilidade, reconhecendo-os como fundamentais para a construção de soluções inovadoras e integradas.

Nesse contexto, o problema que orienta a pesquisa é: Em que medida os saberes ancestrais indígenas, por meio de suas práticas de antropização sustentável, podem contribuir para o enfrentamento da crise climática global? Trata-se de uma questão que exige a superação de dicotomias entre natureza e cultura, bem como a valorização de epistemologias diversas, capazes de ampliar a compreensão sobre as formas de habitar e interagir com o planeta.

O estudo justifica-se na necessidade urgente de repensar os modelos de desenvolvimento à luz da crise climática, incorporando perspectivas que historicamente foram negligenciadas. A valorização dos saberes indígenas não apenas contribui para a preservação cultural e o reconhecimento dos direitos dessas populações, mas também oferece caminhos concretos para a construção de práticas sustentáveis. Além disso, ao evidenciar a eficácia das formas tradicionais de manejo ambiental, a pesquisa reforça a importância de integrar esses conhecimentos às políticas públicas e às estratégias

globais de enfrentamento às mudanças climáticas.

O objetivo da pesquisa é analisar a antropização indígena como uma alternativa sustentável frente à crise climática global, destacando o papel dos saberes ancestrais na construção de práticas ambientais equilibradas, além de compreender as bases conceituais e práticas dos saberes indígenas relacionados ao uso do território; analisar as contribuições dessas práticas para a conservação ambiental e a mitigação das mudanças climáticas; e discutir os desafios e possibilidades de integração desses saberes aos modelos contemporâneos de desenvolvimento sustentável.

Quanto à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise interdisciplinar. A coleta de dados foi realizada por meio da consulta a artigos científicos, livros, capítulos de obras, relatórios institucionais e documentos normativos relacionados aos saberes tradicionais indígenas, sustentabilidade, mudanças climáticas e direitos dos povos indígenas. Para a seleção do material bibliográfico, foram utilizadas as bases de dados Google Scholar, SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), empregando-se descritores como “saberes ancestrais indígenas”, “antropização indígena”, “sustentabilidade”, “mudanças climáticas”, “conhecimentos tradicionais” e “povos indígenas”. Como critérios de inclusão, foram priorizadas publicações em português, inglês e espanhol, com relevância temática, rigor científico e atualidade, sem prejuízo da utilização de obras clássicas consideradas fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. A análise dos dados ocorreu por meio da leitura crítica e interpretativa do material selecionado, buscando identificar as contribuições dos saberes ancestrais indígenas para a construção de práticas sustentáveis e para o enfrentamento da crise climática global. A perspectiva teórica adotada articula contribuições das ciências ambientais, da antropologia, do direito e da sociologia, possibilitando uma abordagem abrangente e interdisciplinar da temática investigada.

O artigo está estruturado em três capítulos, que abordam diferentes dimensões do problema investigado. O primeiro capítulo dedica-se à análise dos saberes ancestrais indígenas, explorando suas bases epistemológicas, suas formas de transmissão e sua relação com o território e a natureza. Busca-se evidenciar como esses conhecimentos são construídos a partir da experiência coletiva e da interação contínua com o meio ambiente, configurando uma racionalidade distinta da lógica ocidental dominante.

O segundo capítulo aborda a antropização indígena como prática sustentável,

analisando exemplos concretos de manejo ambiental que demonstram a capacidade dessas populações de utilizar os recursos naturais de forma equilibrada. Serão discutidas práticas como sistemas agroflorestais, manejo do fogo e conservação da biodiversidade, destacando suas contribuições para a mitigação da crise climática e para a manutenção dos ecossistemas.

Por fim, o terceiro capítulo discute os desafios e as possibilidades de integração dos saberes indígenas às políticas públicas e aos modelos contemporâneos de desenvolvimento sustentável. Serão analisadas questões relacionadas ao reconhecimento jurídico, à participação política e à valorização cultural, bem como os limites impostos por estruturas econômicas e institucionais ainda pautadas em paradigmas desenvolvimentistas.

Desse modo, a pesquisa busca contribuir para a construção de uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre a importância dos saberes ancestrais indígenas no enfrentamento da crise climática, propondo a valorização de práticas que, longe de serem arcaicas, revelam-se profundamente atuais e necessárias para a sustentabilidade do planeta.

1 Saberes ancestrais indígenas: fundamentos, epistemologias e relação com o território

Os saberes ancestrais indígenas constituem sistemas complexos de conhecimento construídos ao longo de gerações, profundamente enraizados na relação entre os povos originários e seus territórios. Esses saberes não se limitam a práticas isoladas, mas envolvem cosmovisões diversas que articulam dimensões espirituais, sociais, culturais e ambientais. Embora existam diferenças significativas entre os distintos povos indígenas, muitos desses grupos compartilham perspectivas que enfatizam a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade. Diferentemente da racionalidade ocidental moderna, que frequentemente opera por meio da fragmentação do conhecimento, diversas epistemologias indígenas compreendem a natureza como um conjunto de relações interconectadas, nas quais os seres humanos ocupam uma posição de pertencimento e responsabilidade, e não necessariamente de domínio sobre o ambiente (Krenak, 2019).

A construção desses conhecimentos ocorre por meio de processos coletivos e intergeracionais, baseados na oralidade, na observação e na prática cotidiana. O aprendizado indígena está intimamente ligado à experiência vivida no território, sendo

transmitido através de narrativas, rituais e atividades comunitárias. Esse modelo de transmissão valoriza a escuta, a convivência e a participação ativa, configurando uma pedagogia própria, que difere significativamente dos modelos formais de educação ocidental (Ingold, 2000).

No contexto amazônico, esses saberes assumem papel ainda mais relevante, especialmente no que se refere à conservação ambiental e à manutenção da biodiversidade, conforme destacado pela doutrina contemporânea.

Na obra “Amazonissínio: Por um sistema jurídico pluridimensional da Amazônia”, escrita por Nogueira Júnior (2024, p. 135) dispõe que:

O perspectivismo antropológico é uma abordagem teórica da antropologia que tem sido bastante utilizada em estudos sobre povos indígenas na Amazônia. Essa perspectiva parte da premissa de que não há uma separação nítida entre o mundo dos humanos e o mundo dos não-humanos, e que todas as entidades (humanas e não-humanas) têm uma perspectiva e uma agência próprias.

A citação sobre o perspectivismo antropológico apresenta uma contribuição teórica fundamental para a compreensão dos saberes indígenas, especialmente ao afirmar que não há uma separação rígida entre humanos e não-humanos, e que todos os seres possuem agência e perspectiva próprias. Essa abordagem rompe com a lógica dualista da modernidade ocidental, que tradicionalmente separa natureza e cultura, sujeito e objeto, posicionando o ser humano como centro e dominador do ambiente. Nesse sentido, o perspectivismo aproxima-se diretamente da base epistemológica dos povos indígenas, conforme discutido ao longo desta pesquisa.

Ao relacionar essa perspectiva com o objeto do estudo, observa-se que ela oferece um importante suporte teórico para compreender a antropização indígena como uma prática sustentável. Isso porque, ao reconhecer que os elementos da natureza, como rios, florestas, animais e espíritos, possuem agência e devem ser respeitados, os povos indígenas desenvolvem formas de manejo que não são predatórias, mas sim baseadas na reciprocidade e no equilíbrio. Essa visão contribui para a construção de práticas que preservam a biodiversidade e mantêm os ciclos ecológicos, aspectos centrais no enfrentamento da crise climática, conforme analisado nesta pesquisa.

Além disso, o perspectivismo reforça a ideia de que os saberes indígenas não podem ser compreendidos a partir de categorias exclusivamente ocidentais, exigindo uma abertura epistemológica para outras formas de pensar e interpretar o mundo. Esse ponto é essencial para o argumento desenvolvido no estudo, que defende a necessidade de valorização e integração dos saberes ancestrais como alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento, marcados pela exploração intensiva dos recursos

naturais.

Nogueira Júnior (2024, p. 180) ainda apresenta em sua obra que:

A região amazônica abriga uma grande variedade de povos indígenas com conhecimentos e práticas tradicionais de manejo e conservação dos recursos naturais, e os direitos indígenas são fundamentais. Esse conhecimento é fundamental para manter a biodiversidade e sustentar os ecossistemas locais.

A citação em análise evidencia a relevância dos povos indígenas da Região Amazônica como detentores de conhecimentos e práticas tradicionais fundamentais para o manejo e a conservação dos recursos naturais. Tal assertiva dialoga diretamente com a proposta desta pesquisa, ao reconhecer que os saberes ancestrais indígenas não se limitam a conhecimentos empíricos isolados, mas constituem verdadeiros sistemas epistemológicos estruturados a partir da relação contínua e integrada com o território. Nesse sentido, a diversidade de povos mencionada no trecho reforça a pluralidade de formas de compreensão do mundo, evidenciando que não há uma única racionalidade válida, mas múltiplas epistemologias capazes de orientar práticas sustentáveis.

Ao destacar que esses conhecimentos são essenciais para a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas locais, a citação corrobora o argumento central desenvolvido nesta pesquisa, segundo o qual determinadas formas de antropização praticadas por diversos povos indígenas historicamente contribuíram para a conservação ambiental e para a manutenção de importantes funções ecológicas. Isso não significa que todas as intervenções humanas realizadas em contextos indígenas sejam homogêneas ou isentas de impactos ambientais, mas evidencia que muitos sistemas tradicionais de manejo desenvolveram estratégias capazes de conciliar uso dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e reprodução sociocultural das comunidades. Tal perspectiva desafia a associação automática entre intervenção humana e degradação ambiental, ampliando a compreensão sobre as múltiplas formas de relação entre sociedade e natureza.

A relação entre os saberes indígenas e o território é central para a compreensão de sua lógica de funcionamento. Para os povos originários, o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento fundamental de identidade, espiritualidade e organização social. É nele que se estabelecem as relações com os ancestrais, com os outros seres vivos e com os ciclos naturais, sendo, portanto, indispensável para a reprodução cultural e material dessas populações (Almeida, 2008).

É importante ressaltar que os povos indígenas não constituem um grupo homogêneo. No Brasil, existem centenas de povos com línguas, organizações sociais, cosmologias e formas de ocupação territorial distintas. Consequentemente, os

conhecimentos tradicionais e as práticas de manejo ambiental também apresentam significativa diversidade, variando de acordo com as características culturais e ecológicas de cada território. O reconhecimento dessa pluralidade é fundamental para evitar generalizações e para compreender que os saberes indígenas são construídos em contextos históricos e ambientais específicos (Luciano, 2006).

Nesse sentido, a noção de natureza presente nas epistemologias indígenas rompe com a dicotomia moderna entre sociedade e meio ambiente. Enquanto o pensamento ocidental tende a separar cultura e natureza, os povos indígenas operam a partir de uma lógica relacional, na qual todos os elementos do mundo estão interconectados. Essa perspectiva permite uma compreensão mais ampla dos processos ecológicos, favorecendo práticas de manejo que respeitam os limites naturais e promovem o equilíbrio dos ecossistemas (Descola, 2005).

Os saberes ancestrais também se expressam em práticas concretas de uso e manejo dos recursos naturais, que demonstram um profundo conhecimento dos ecossistemas locais. Técnicas como o manejo de espécies, a rotação de áreas e o uso controlado do fogo são exemplos de estratégias desenvolvidas ao longo do tempo para garantir a sustentabilidade dos territórios. Essas práticas evidenciam que determinados sistemas tradicionais de manejo podem contribuir para a conservação ambiental, embora seus resultados variem conforme as características ecológicas, territoriais e socioculturais de cada contexto (Posey, 1985).

Além disso, os sistemas de conhecimento indígena incluem formas sofisticadas de classificação da biodiversidade, baseadas em critérios próprios, que muitas vezes antecipam ou complementam as categorias científicas modernas. Esse conhecimento detalhado sobre plantas, animais e ecossistemas permite o uso eficiente dos recursos naturais, sem comprometer sua regeneração. Trata-se de um saber que resulta da observação contínua e da interação direta com o ambiente (Toledo; Barrera-Bassols, 2008).

A espiritualidade ocupa um papel fundamental na construção e manutenção desses saberes, orientando as práticas sociais e ambientais. Para muitos povos indígenas, a natureza é habitada por espíritos e entidades que devem ser respeitados, o que implica uma ética de cuidado e responsabilidade. Essa dimensão espiritual contribui para a construção de uma relação de reciprocidade com o meio ambiente, na qual o uso dos recursos é acompanhado de práticas de agradecimento e respeito (Eliade, 1992).

A colonização europeia representou um processo de ruptura e desvalorização

desses sistemas de conhecimento, impondo uma lógica de dominação e exploração da natureza. Os saberes indígenas foram frequentemente considerados inferiores ou irracionais, sendo excluídos dos processos de produção de conhecimento e das políticas públicas. Esse processo contribuiu para a marginalização dessas populações e para a imposição de modelos de desenvolvimento incompatíveis com suas formas de vida (Quijano, 2005).

Contudo, nas últimas décadas, observa-se um movimento de reconhecimento da importância dos saberes tradicionais para a sustentabilidade ambiental. Organismos internacionais, pesquisadores e movimentos sociais têm destacado o papel dos povos indígenas na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas. Esse reconhecimento tem impulsionado debates sobre a necessidade de integrar esses conhecimentos às estratégias globais de desenvolvimento sustentável (IPBES, 2019).

A valorização dos saberes ancestrais também está relacionada à ampliação do conceito de ciência, que passa a reconhecer a pluralidade de epistemologias. Nesse contexto, emerge a ideia de diálogo de saberes, que busca promover a interação entre conhecimentos tradicionais e científicos, respeitando suas especificidades e evitando processos de assimilação ou hierarquização. Esse diálogo é fundamental para a construção de soluções mais integradas e eficazes para os desafios ambientais contemporâneos (Santos, 2010).

É importante destacar que a preservação dos saberes indígenas está diretamente vinculada à garantia dos direitos territoriais dessas populações. Sem o acesso e o controle sobre seus territórios, torna-se inviável a continuidade das práticas e dos conhecimentos que sustentam sua relação com o meio ambiente. Assim, a defesa dos direitos indígenas não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia essencial para a proteção da biodiversidade e para o enfrentamento da crise climática global (Acsegrad, 2010).

2 A antropização indígena como prática sustentável e sua contribuição para o enfrentamento da Crise Climática

A antropização, tradicionalmente compreendida como o processo de transformação do ambiente natural pela ação humana, é frequentemente associada à degradação ambiental e à perda de biodiversidade. No entanto, quando analisada sob a perspectiva dos povos indígenas, essa noção assume um significado distinto, marcado por práticas sustentáveis e por uma relação equilibrada com a natureza. A antropização

indígena não implica destruição, mas sim uma forma de manejo que respeita os ciclos ecológicos e contribui para a manutenção dos ecossistemas (Balée, 1994).

A antropização indígena pode ser definida como o conjunto de transformações promovidas pelos povos originários nos ecossistemas por meio de práticas tradicionais de manejo, cultivo, seleção e conservação de espécies, desenvolvidas de forma integrada aos ciclos naturais e às dinâmicas ambientais locais. Diferentemente da antropização associada aos modelos convencionais de desenvolvimento, frequentemente marcada pela exploração intensiva dos recursos naturais, a antropização indígena caracteriza-se pela busca do equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Trata-se de uma intervenção fundamentada em conhecimentos acumulados ao longo de gerações, que reconhece a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e para a sustentabilidade dos territórios (Balée, 2013; Clement *et al.*, 2015).

Na Amazônia, diversas evidências científicas demonstram que áreas consideradas “naturais” foram, na verdade, moldadas por práticas indígenas ao longo de séculos. A chamada “floresta cultural” é resultado de intervenções humanas que favoreceram a diversidade biológica, por meio do plantio, manejo e dispersão de espécies úteis. Esse processo revela que a presença humana, quando orientada por princípios sustentáveis, pode aumentar a biodiversidade em vez de reduzi-la (Hecht; Posey, 1989).

Um dos exemplos mais emblemáticos da antropização indígena sustentável é a formação da terra preta de índio (TPI), um solo altamente fértil criado a partir da incorporação de matéria orgânica, carvão vegetal e resíduos domésticos. Esse tipo de solo apresenta maior capacidade de retenção de nutrientes e carbono, contribuindo para a produtividade agrícola e para a mitigação das mudanças climáticas. A TPI evidencia o conhecimento técnico dos povos indígenas e sua capacidade de transformar o ambiente de forma positiva (Glaser, 2007).

Os sistemas agroflorestais indígenas também constituem importantes exemplos de práticas sustentáveis de antropização. Esses sistemas integram o cultivo de diferentes espécies vegetais com a conservação da floresta, promovendo a diversidade biológica e a estabilidade dos ecossistemas. Ao imitar a estrutura natural da floresta, os sistemas agroflorestais permitem a produção de alimentos sem a necessidade de desmatamento intensivo, contribuindo para a sustentabilidade ambiental (Altieri, 2012).

O manejo tradicional do fogo é outro aspecto relevante da antropização indígena. Em diversos contextos indígenas, o uso do fogo ocorre de forma planejada e em escalas compatíveis com as características ecológicas locais, sendo empregado para renovar a vegetação, facilitar determinadas atividades produtivas e reduzir o acúmulo de material combustível. Estudos indicam que, quando adequadamente conduzidas, essas práticas podem contribuir para a manutenção dos ecossistemas e para a redução do risco de incêndios de grandes proporções (Pyne, 2019).

A diversidade de espécies cultivadas e manejadas pelos povos indígenas também desempenha um papel fundamental na resiliência dos sistemas ecológicos. Ao evitar a monocultura e promover a diversidade genética, essas práticas reduzem a vulnerabilidade a pragas, doenças e variações climáticas. Essa estratégia é particularmente relevante no contexto da crise climática, pois aumenta a capacidade de adaptação dos sistemas produtivos (Toledo; Barrera-Bassols, 2008).

Além dos benefícios ambientais, a antropização indígena contribui para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima, a conservação da água e a proteção do solo. Esses serviços são essenciais para a sobrevivência humana e para o equilíbrio dos ecossistemas, sendo diretamente impactados pelas práticas de uso do território. A atuação dos povos indígenas na preservação desses serviços reforça sua importância estratégica no enfrentamento da crise climática (IPCC, 2019).

A relação entre antropização indígena e sequestro de carbono também merece destaque. Práticas como o uso de carvão vegetal no solo e a manutenção da cobertura florestal contribuem para a captura e armazenamento de carbono, reduzindo a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Dessa forma, os territórios indígenas desempenham um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas em escala global (Nobre *et al.*, 2016).

Um exemplo concreto da contribuição dos saberes indígenas para a sustentabilidade ambiental pode ser observado na Terra Indígena do Xingu, localizada nos estados do Mato Grosso e Pará. Estudos demonstram que, apesar das intensas pressões decorrentes da expansão agropecuária em seu entorno, o território mantém elevados índices de conservação florestal e proteção da biodiversidade. Tal resultado está diretamente relacionado às formas tradicionais de gestão territorial desenvolvidas pelos povos indígenas que habitam a região, as quais combinam conhecimentos ecológicos, monitoramento ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Além de contribuir para a preservação dos ecossistemas, a manutenção da cobertura vegetal no

Xingu favorece o armazenamento de carbono e a regulação do clima regional, evidenciando como práticas ancestrais podem desempenhar papel relevante nas estratégias contemporâneas de enfrentamento das mudanças climáticas. O caso demonstra, portanto, que os saberes indígenas não constituem apenas patrimônio cultural, mas também importantes instrumentos de gestão ambiental e conservação climática (ISA, 2023; Schwartzman; Zimmerman, 2005).

Apesar de sua relevância, as práticas indígenas de manejo ambiental enfrentam ameaças significativas, decorrentes da expansão de atividades econômicas predatórias, como a mineração, a agropecuária e a exploração madeireira. Esses processos comprometem a integridade dos territórios indígenas e dificultam a continuidade de suas práticas sustentáveis, evidenciando a necessidade de proteção desses espaços (Ferreira *et al.*, 2014).

Outro desafio importante refere-se à falta de reconhecimento institucional dessas práticas nos processos de formulação de políticas públicas. Embora haja avanços no discurso sobre sustentabilidade, as políticas ambientais ainda são, em grande parte, orientadas por modelos tecnocráticos que desconsideram os saberes tradicionais. A incorporação da antropização indígena como estratégia de sustentabilidade exige uma mudança de paradigma, que valorize a diversidade de conhecimentos (Santos, 2010).

A antropização indígena evidencia que é possível estabelecer formas de interação com a natureza que não sejam baseadas na exploração predatória, mas sim na convivência equilibrada. Ao demonstrar que o uso sustentável dos recursos naturais pode coexistir com a conservação ambiental, essas práticas oferecem importantes lições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, a valorização e o fortalecimento dos saberes indígenas tornam-se fundamentais para o enfrentamento da crise climática global (Krenak, 2019).

3 Desafios e possibilidades de integração dos saberes indígenas às políticas públicas e ao desenvolvimento sustentável

A integração dos saberes ancestrais indígenas às políticas públicas e aos modelos contemporâneos de desenvolvimento sustentável constitui um dos principais desafios no enfrentamento da crise climática global. Embora haja um reconhecimento crescente da importância desses conhecimentos, ainda persistem barreiras estruturais, institucionais e epistemológicas que dificultam sua incorporação efetiva nos processos decisórios. Esse cenário evidencia a necessidade de superar a hegemonia de modelos tecnocráticos que

desconsideram a diversidade de formas de conhecimento (Santos, 2010).

Um dos principais entraves à valorização dos saberes indígenas reside na persistência da colonialidade do poder, que estabelece hierarquias entre diferentes epistemologias, privilegiando o conhecimento científico ocidental em detrimento dos saberes tradicionais. Essa lógica contribui para a marginalização das populações indígenas e para a invisibilização de suas contribuições na gestão ambiental, dificultando a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas (Quijano, 2005).

A ausência de mecanismos institucionais adequados para a participação efetiva dos povos indígenas nos processos de formulação de políticas públicas também representa um desafio significativo. Embora instrumentos como a consulta prévia, livre e informada estejam previstos em normativas internacionais, sua implementação ainda é limitada, o que compromete a autonomia dessas populações e a legitimidade das decisões que afetam seus territórios (OIT, 1989).

A garantia dos direitos territoriais é outro elemento fundamental para a integração dos saberes indígenas às estratégias de sustentabilidade. Sem o reconhecimento e a proteção de seus territórios, os povos indígenas não conseguem manter suas práticas tradicionais de manejo ambiental, o que compromete tanto sua sobrevivência cultural quanto a conservação dos ecossistemas. Nesse sentido, a demarcação de terras indígenas deve ser compreendida como uma política ambiental estratégica (Almeida, 2008).

No contexto brasileiro, as barreiras institucionais à integração dos saberes indígenas nas políticas públicas manifestam-se de diversas formas. Entre elas, destacam-se a morosidade dos processos de demarcação de terras indígenas, os conflitos fundiários, a insuficiente representação indígena nos espaços de formulação de políticas públicas e a descontinuidade de programas governamentais voltados à proteção ambiental e aos povos tradicionais. Além disso, a predominância de modelos econômicos voltados à expansão do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos de infraestrutura frequentemente gera tensões entre os interesses econômicos e a preservação dos territórios indígenas. Tal cenário dificulta a efetiva incorporação dos conhecimentos tradicionais nos processos de gestão ambiental e evidencia a necessidade de fortalecimento das instituições responsáveis pela proteção dos direitos indígenas e pela promoção da participação social. Conforme destaca o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2021), a

fragilidade dos mecanismos de proteção territorial e a limitada participação dos povos indígenas nos processos decisórios continuam representando desafios significativos para a efetivação de seus direitos e para a conservação ambiental no Brasil.

Apesar desses desafios, existem importantes possibilidades de integração dos saberes indígenas aos modelos de desenvolvimento sustentável. Uma dessas possibilidades é o fortalecimento do diálogo de saberes, que busca promover a interação entre diferentes formas de conhecimento, respeitando suas especificidades e evitando processos de subordinação. Esse diálogo pode contribuir para a construção de soluções mais eficazes e contextualizadas para os problemas ambientais (Leff, 2001).

A incorporação dos saberes indígenas nas políticas ambientais também pode ocorrer por meio da valorização de práticas tradicionais de manejo, como os sistemas agroflorestais e o uso sustentável dos recursos naturais. Essas práticas, quando reconhecidas e apoiadas pelo Estado, podem ser integradas a programas de conservação ambiental e de desenvolvimento rural, contribuindo para a promoção da sustentabilidade (Altieri, 2012).

No âmbito internacional, observa-se um movimento crescente de reconhecimento do papel dos povos indígenas na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas. Relatórios de organismos como o IPBES (Plataforma Intergovernamental Científico-Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos) destacam que os territórios indígenas apresentam níveis mais elevados de preservação ambiental, reforçando a importância de incluir essas populações nas estratégias globais de enfrentamento da crise climática (IPBES, 2019).

A educação intercultural também desempenha um papel fundamental nesse processo de integração, ao promover o reconhecimento e a valorização dos saberes indígenas nos espaços formais de ensino. Ao incorporar conteúdos relacionados às culturas e práticas tradicionais, a educação pode contribuir para a formação de uma consciência ambiental mais crítica e para o fortalecimento da identidade cultural dessas populações (Freire, 1996).

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de reformulação das políticas públicas, de modo a incorporar uma perspectiva mais integrada e interdisciplinar. Isso implica reconhecer que os desafios ambientais não podem ser enfrentados apenas por meio de soluções técnicas, sendo necessário considerar dimensões sociais, culturais e éticas. A inclusão dos saberes indígenas nesse processo pode ampliar a eficácia das políticas e promover maior justiça socioambiental (Acselrad, 2010).

Nesse contexto, o perspectivismo antropológico apresenta-se como uma importante ferramenta teórica para repensar as bases das políticas públicas ambientais. Conforme destacado por Nogueira Júnior (2024, p. 136):

O perspectivismo antropológico tem sido uma ferramenta importante para compreender a relação dos povos indígenas com o meio ambiente e para combater a visão ocidental de que a natureza é um recurso a ser explorado e utilizado de forma indiscriminada. Ao reconhecer a agência e a perspectiva dos não-humanos, essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das práticas e relações dos povos indígenas com o ambiente em que vivem.

Tal perspectiva rompe com a racionalidade instrumental dominante, ao reconhecer que a natureza não é um objeto passivo de exploração, mas um conjunto de entidades dotadas de significado e agência. Essa concepção dialoga diretamente com os fundamentos desta pesquisa, ao evidenciar que a integração dos saberes indígenas às políticas públicas exige não apenas inclusão formal, mas uma transformação epistemológica mais profunda, capaz de incorporar outras formas de compreender a relação entre sociedade e natureza. Assim, o perspectivismo contribui para fortalecer a construção de modelos de desenvolvimento sustentáveis, baseados na reciprocidade, no equilíbrio e no respeito aos sistemas ecológicos.

A participação ativa dos povos indígenas nos espaços de governança ambiental também é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas. A criação de conselhos, fóruns e instâncias deliberativas que incluam representantes indígenas pode fortalecer a democracia participativa e assegurar que suas demandas e conhecimentos sejam considerados nas decisões que afetam seus territórios (Porto-Gonçalves, 2006).

Contudo, a integração dos saberes ancestrais indígenas aos modelos de desenvolvimento sustentável representa uma oportunidade de transformação paradigmática, capaz de redefinir as relações entre sociedade e natureza. Ao reconhecer a validade e a relevância desses conhecimentos, abre-se espaço para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, que concilie crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Nesse sentido, os saberes indígenas não devem ser vistos como complementares, mas como centrais na construção de respostas à crise climática global (Krenak, 2019).

Conclusão

A pesquisa analisou a relevância dos saberes ancestrais indígenas, especialmente por meio da antropização sustentável, como alternativa concreta para o enfrentamento da crise climática global. Ao longo do estudo, buscou-se evidenciar que os modelos tradicionais de desenvolvimento, baseados na exploração intensiva dos recursos

naturais, têm se mostrado insuficientes e insustentáveis diante da complexidade dos desafios ambientais contemporâneos. Nesse contexto, os conhecimentos indígenas emergem não apenas como um legado cultural, mas como uma possibilidade real de transformação das formas de interação entre sociedade e natureza.

No primeiro capítulo, foi possível compreender que os saberes indígenas constituem sistemas epistemológicos próprios, profundamente enraizados na relação com o território e na observação contínua dos ciclos naturais. Esses conhecimentos, transmitidos de forma intergeracional e coletiva, revelam uma racionalidade distinta da lógica ocidental, ao integrar dimensões espirituais, sociais e ambientais. Tal perspectiva rompe com a visão fragmentada da natureza, propondo uma compreensão holística que favorece práticas mais equilibradas e sustentáveis. Assim, constatou-se que esses saberes não apenas possuem valor cultural, mas também relevância científica e ambiental.

O segundo capítulo demonstrou, de forma mais concreta, como a antropização indígena se configura como uma prática sustentável, capaz de conciliar o uso dos recursos naturais com a conservação ambiental. Exemplos como a formação da terra preta de índio, os sistemas agroflorestais e o manejo tradicional do fogo evidenciam que a intervenção humana no ambiente não precisa ser necessariamente destrutiva. Ao contrário, quando orientada por princípios de equilíbrio e respeito aos ciclos naturais, pode contribuir para o aumento da biodiversidade, para o sequestro de carbono e para a resiliência dos ecossistemas. Esses resultados reforçam a ideia de que os povos indígenas desempenham um papel estratégico na mitigação das mudanças climáticas.

No terceiro capítulo, analisaram-se os principais desafios e possibilidades de integração dos saberes indígenas às políticas públicas e aos modelos contemporâneos de desenvolvimento sustentável. Verificou-se que, apesar dos avanços no reconhecimento desses conhecimentos, ainda persistem barreiras significativas, como a colonialidade do saber, a ausência de participação efetiva dos povos indígenas nos processos decisórios e a fragilidade na garantia de seus direitos territoriais. Por outro lado, identificaram-se caminhos promissores, como o fortalecimento do diálogo de saberes, a valorização da educação intercultural e a incorporação de práticas tradicionais em políticas ambientais e de desenvolvimento rural.

A partir dessas análises, os resultados da pesquisa indicam que a antropização indígena representa uma alternativa viável e necessária para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Ao demonstrar que é possível utilizar os recursos

naturais de forma equilibrada, esses saberes desafiam a lógica dominante de exploração e oferecem novas perspectivas para a gestão ambiental. Além disso, evidenciam que a sustentabilidade não pode ser alcançada apenas por meio de soluções tecnológicas, sendo imprescindível considerar dimensões culturais, sociais e éticas.

Outro aspecto relevante identificado ao longo do estudo é a centralidade dos territórios indígenas na preservação ambiental. A manutenção desses territórios, associada às práticas tradicionais de manejo, contribui significativamente para a conservação da biodiversidade e para a regulação do clima global. Nesse sentido, a proteção dos direitos territoriais dos povos indígenas deve ser compreendida não apenas como uma questão de justiça social, mas como uma estratégia fundamental para o enfrentamento da crise climática.

Ademais, a pesquisa evidencia a necessidade de uma mudança paradigmática no campo das políticas públicas e da governança ambiental. É fundamental superar modelos centralizados e tecnocráticos, incorporando abordagens mais participativas e inclusivas, que reconheçam a pluralidade de conhecimentos existentes. A integração dos saberes indígenas às políticas públicas não deve ocorrer de forma instrumental ou subordinada, mas sim por meio de um diálogo horizontal, que respeite a autonomia e a identidade dessas populações.

Por fim, conclui-se que os saberes ancestrais indígenas, longe de serem resquícios de um passado ultrapassado, constituem elementos essenciais para a construção de um futuro sustentável. A crise climática exige respostas urgentes e inovadoras, e os povos indígenas já demonstram, por meio de suas práticas, caminhos possíveis para a convivência equilibrada com a natureza. Assim, valorizar, proteger e integrar esses saberes não é apenas uma escolha ética, mas uma necessidade estratégica para a sobrevivência das presentes e futuras gerações.

Dessa forma, o estudo contribui para ampliar o debate acadêmico e social sobre a importância dos conhecimentos tradicionais no enfrentamento da crise climática, reforçando a ideia de que soluções eficazes dependem da articulação entre diferentes saberes e da construção de modelos de desenvolvimento mais justos, inclusivos e sustentáveis.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2008.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BALÉE, William. **Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany**. New York: Columbia University Press, 1994.

BALÉE, William. **Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Situação dos direitos humanos dos povos indígenas e tribais da Pan-Amazônia**. Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos, 2021.

CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B**, London, v. 282, n. 1812, 2015.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, J.; ARAGÃO, L. E. O. C.; BARLOW, J.; BARRETO, P.; BERENQUER, E.; BUSTAMANTE, M.; GARDNER, T. A.; LEES, A. C.; LIMA, A.; LOUZADA, J.; PARDINI, R.; PARRY, L.; PERES, C. A.; POMPEU, P. S.; TABARELLI, M.; ZUANON, J. Brazil's environmental leadership at risk. **Science**, Washington, v. 346, n. 6210, p. 706-707, 2014. DOI: 10.1126/science.1260194.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLASER, Bruno. Prehistoric Amazonian dark earths: their properties and use. **Netherlands Journal of Geosciences**, Cambridge, v. 86, n. 1, p. 47-58, 2007. DOI: 10.1017/S0016774600022893.

HECHT, Susanna B.; POSEY, Darrell A. Preliminary results on soil management techniques of the Kayapó Indians. **Advances in Economic Botany**, New York, v. 7, p. 174-188, 1989.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment**. London: Routledge, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Território Indígena do Xingu**. São Paulo: ISA, 2023.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. Brondízio, E. S.; Settele, J.; Díaz, S.; Ngo, H. T. (eds.). Bonn: IPBES Secretariat, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3831673>. Acesso em: 01 jun. 2026.

RAGE, Edvania Barbosa Oliveira; NOGUEIRA JÚNIOR, Bianor Saraiva

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). **Climate Change and Land**. Geneva, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; BORMA, Laura S.; CASTILLA-RUBIO, Juan C.; SILVA, José S.; CARDOSO, Manoel. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)**, Washington, v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016. DOI: 10.1073/pnas.1605516113.

NOGUEIRA JÚNIOR, Bianor Saraiva. **Amazonissínio: Por um sistema jurídico pluridimensional da Amazônia**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2024. 261 p

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, Darrell A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, Dordrecht, v. 3, n. 2, p. 139-158, 1985. DOI: 10.1007/BF00122640.

PYNE, Stephen J. **Fire: a brief history**. Seattle: University of Washington Press, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista de Ciências Sociais, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**. Coimbra: Almedina, 2010.

SCHWARTZMAN, Stephan; ZIMMERMAN, Barbara. Conservation alliances with indigenous peoples of the Amazon. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 721-727, 2005.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**. Barcelona: Icaria, 2008.

Sobre os autores

Edvania Barbosa Oliveira Rage. Doutoranda em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), graduada em Direito e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Martha Falcão Wyden. Desenvolve pesquisas nas áreas de Direito Ambiental, povos indígenas, justiça climática, sustentabilidade e direitos humanos. Manaus, Amazonas, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1825091570546904>. Orcid: 0000-0001-7953-4125. E-mail: edv.adv@hotmail.com.

Bianor Saraiva Nogueira Júnior. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Conceito 7 - CAPES); Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel/RS; Mestre em Direito Ambiental pelo PPGDA da Universidade do estado do Amazonas - UEA; Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Professor Adjunto do curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas - ED/UEA; Professor Doutor do curso de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas - PPGDA/UEA; Professor Doutor do curso de Pós-graduação em Direito Público, ED/UEA; Pesquisador no Observatório para a Qualidade da Lei (LEGISLAB-UFMG); Pesquisador no Observatório de Políticas Públicas da Amazônia - OSPPA-UEA; Escritor; Procurador Federal - PGF/AGU (bianor.saraiva@agu.gov.br); Condecoração Jubileu de Bronze - Comenda - AGU, 2015; Condecoração Jubileu de Prata - Comenda - AGU, 2022. Desenvolve pesquisas nas áreas de Direito Ambiental, Amazônia, sustentabilidade, governança ambiental e direitos dos povos indígenas. Manaus, Amazonas, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3384857458869556>. ORCID: 0000-0003-2189-2573. E-mail: bianor.saraiva@agu.gov.br.

Créditos da autoria

Edvania Barbosa Oliveira Reage: conceituação, investigação, metodologia, curadoria de dados, análise formal, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição , visualização.

Bianor Saraiva Nogueira Júnior: conceituação, supervisão, metodologia, escrita – revisão e edição, validação.

Declaração sobre conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de natureza financeira, acadêmica, profissional ou pessoal que possam ter influenciado os resultados ou as conclusões apresentadas neste estudo.

Declaração de disponibilidade de dados

Os autores declaram que todos os dados e informações necessários para a compreensão, análise e reprodução dos resultados desta pesquisa encontram-se integralmente disponíveis no corpo do artigo e nas referências bibliográficas utilizadas, não havendo conjuntos de dados adicionais a serem disponibilizados.

Informações editorial

Data de Submissão: 12/04/2026

Data de Aceite: 11/06/2026

Editor responsável: André do Rêgo Barros e Fernando Araújo

Como citar:

RAGE, Edvania Barbosa Oliveira; NOGUEIRA JÚNIOR, Bianor Saraiva. Saberes ancestrais e sustentabilidade: a antropização indígena como solução para a Crise Climática global **Revista de Direito da Amazônia**, v. 3, n. 1, jan./jun., 2026. ISSN: 2675-8660.



Este trabalho é licenciado pela Creative Commons de Atribuição 4.0 Internacional